

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO CARREIRAS POLICIAIS	5
APRESENTAÇÃO DA OBRA	7
SOBRE OS COORDENADORES.....	9
▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	28
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	31
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	98
EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	116
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	150
▪ CÓDIGO CIVIL	
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	190
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL	193
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	203
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL	311
▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	342
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	350
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	425
▪ CÓDIGO PENAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	458
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	462
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	464
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL.....	499
▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	518
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	522
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	523
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	576
▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	602

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	605
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	624
▪ CÓDIGO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	630
CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	633
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	661
▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	666
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	670
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	715
▪ CÓDIGO ELEITORAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	720
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (EXCERTOS)	721
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	725
▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	728
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	729
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	742
▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	748
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	749
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	786
▪ CÓDIGO FLORESTAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	794
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	795
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	809
▪ ESTATUTOS	
ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	814
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	818
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994	847
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	859
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	875
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	881
ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL – DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002	887
ESTATUTO DO TORCEDOR – LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003	910

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	915
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	923
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	928
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013	933
ESTATUTO DAS GUARDAS MUNICIPAIS – LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	938
ESTATUTO DA METRÓPOLE – LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.....	940
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.....	943
ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016.....	953
ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.....	956
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (Normas Organizadas Cronologicamente)	971
▪ SÚMULAS	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1413
SÚMULAS VINCULANTES.....	1413
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1415
SÚMULAS	1415
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1428
SÚMULAS	1428
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	1442
SÚMULAS	1442
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1443
SÚMULAS	1443
▪ REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS)	
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS)	1447
▪ REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL (EXCERTOS)	
REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO (EXCERTOS)	1448
▪ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DOS CÓDIGOS	
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	1450
LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	1450
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL	1456
LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	1456
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL.....	1462
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940.....	1462
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	1469

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Normas Organizadas Cronologicamente

DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932.....	972
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.....	972
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.....	974
<i>Lei das Contravenções Penais</i>	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948.....	977
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.....	979
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.....	980
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951.....	984
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.....	985
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
DECRETO Nº 30.822, DE 6 DE MAIO DE 1952.....	986
<i>Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, Concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.....	986
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
DECRETO Nº 46.981, DE 8 DE OUTUBRO DE 1959.....	987
<i>Promulga, com o respectivo Protocolo Final, a Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, concluída em Lake Success Nova York, em 21 de março de 1950, e assinada pelo Brasil em 5 de outubro de 1951.</i>	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1960.....	989
<i>Aprova a Convenção de 25 de julho de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, assinada pelo Brasil a 15 de julho de 1952.</i>	
DECRETO Nº 50.215, DE 28 DE JANEIRO DE 1961.....	992
<i>Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962.....	992
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965.....	993
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965.....	996
<i>Regula a ação popular.</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.....	998
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	1009
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967	1011
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	
LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968	1017
<i>Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.</i>	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972	1018
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 70.946, DE 7 DE AGOSTO DE 1972	1022
<i>Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.</i>	
REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DOS RECLUSOS	1023
<i>Adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas através das suas resoluções 663 C (XXIV), de 31 de Julho de 1957 e 2076 (LXII), de 13 de Maio de 1977. Resolução 663 C (XXIV) do Conselho Econômico e Social</i>	
CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI	1028
<i>Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 17 de Dezembro de 1979, através da Resolução nº 34/169.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	1028
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	1031
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983	1035
<i>Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984	1037
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	1049
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	1050
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	1052
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	1052
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	1053
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 98.386, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1989	1055
<i>Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura</i>	

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	1056
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	1057
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	1060
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.....	1062
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990	1063
<i>Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	1068
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	1084
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	1085
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
DECRETO Nº 40, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991.....	1085
<i>Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes</i>	
DECRETO Nº 154, DE 26 DE JUNHO DE 1991	1089
<i>Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.....	1097
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei 14.230/2021)</i>	
DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992.....	1102
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.</i>	
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	1105
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
LEI Nº 8.653, DE 10 DE MAIO DE 1993	1111
<i>Dispõe sobre o transporte de presos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993	1111
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	1111
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995	1116
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	1116
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	1123
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.266, DE 15 DE MARÇO DE 1996	1127
<i>Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 (EXCERTOS)	1128
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996	1128
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996	1129
<i>Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997	1131
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	1132
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1133
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	1133
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	1150
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	1151
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1156
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1157
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	1165
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998	1168
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1171
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	1171
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	1175
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	

DECRETO Nº 3.018, DE 6 DE ABRIL DE 1999.....	1177
<i>Promulga a Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999.....	1178
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999.....	1179
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.....	1181
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999.....	1182
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999.....	1182
<i>Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	1183
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.001, DE 04 DE SETEMBRO DE 2000.....	1189
<i>Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	1189
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.....	1190
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO 2001.....	1192
<i>Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.357, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001.....	1193
<i>Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002.....	1194
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.....	1194
<i>Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 4.316, DE 30 DE JULHO DE 2002.....	1195
<i>Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.</i>	

DECRETO Nº 4.376, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.....	1197
<i>Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.....	1199
<i>Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.</i>	
DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004	1202
<i>Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.</i>	
DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004	1210
<i>Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.</i>	
DECRETO Nº 5.289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004	1213
<i>Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.....	1214
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS)	1218
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	1219
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005	1221
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.</i>	
DECRETO Nº 5.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2006.....	1223
<i>Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	1236
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	1239
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.941, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006	1247
<i>Promulga o Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotado em Nova York, em 31 de maio de 2001.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1250
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007	1251
<i>Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei 10.277, de 10 de setembro de 2001.</i>	

RESOLUÇÃO CNJ Nº 59, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008	1252
<i>Disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1254
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	1255
<i>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.....	1263
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	1264
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1271
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	1275
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012.....	1275
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	1276
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	1276
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	1279
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	1282
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	1285
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	

LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014.....	1285
<i>Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.....	1285
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>	
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.....	1294
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015.....	1294
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.....	1297
<i>Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016.....	1299
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016.....	1300
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016.....	1300
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	1301
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016.....	1301
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.....	1302
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017.....	1310
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017.....	1312
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.....	1313
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017.....	1320
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	

RESOLUÇÃO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017	1322
<i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo Ministério Público.</i>	
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	1326
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.</i>	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2018.....	1326
<i>Aprova o texto do Tratado sobre o Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 9.277, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018	1330
<i>Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.</i>	
LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018.....	1330
<i>Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.....	1337
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)</i>	
DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE AGOSTO DE 2018	1345
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.</i>	
LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019	1350
<i>Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	1351
<i>Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.</i>	
DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	1352
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	1357
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019 (EXCERTOS)	1360
<i>Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.</i>	
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020	1366
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020.....	1367
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1368
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	

RESOLUÇÃO TSE Nº 23.640, DE 29 DE ABRIL DE 2021.....	1393
<i>Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais.</i>	
LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021.....	1394
<i>Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.</i>	
LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.....	1395
<i>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).</i>	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2021.....	1395
<i>Aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.</i>	
DECRETO Nº 10.906, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.....	1395
<i>Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.</i>	
DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.....	1396
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022.....	1399
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 11.327, DE 1º DE JANEIRO DE 2023.....	1402
<i>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Agência Brasileira de Inteligência e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.</i>	
DECRETO Nº 11.366, DE 1º DE JANEIRO DE 2023.....	1407
<i>Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.</i>	